

NÓS ALERTAMOS! Ex-governador está na mira da Justiça

Durante os sete anos e quatro meses do tucano Beto Richa (PSDB) à frente da administração estadual, não demos tré-gua no papel de fiscalizar as ações do governo. Desde que deixou o cargo em abril, o ex-governador está sendo ar-rastado por uma onda de denúncias que resultaram em várias frentes de investi-gação de irregularidades em sua gestão.

Em todo esse tempo, fizemos var-reduras permanentes em várias ações do governo tucano, em áreas como saú-de, educação e segurança e na condução da Copel e Sanepar.

Na liderança ou como integrante da bancada de oposição, apresentamos inú-meros pedidos de informação, requeri-mentos e pronunciamentos em plenário cobrando explicações sobre atos e gastos da administração estadual.

Oposição cobra deputados por CPI da Quadro Negro, mas governistas dão de ombros

Pedido para criação de comissão para investigar o esquema de desvio de recursos para a construção de escolas está estacionado em 13 assinaturas de deputados, mas precisa de 18



Num dia importante para o governo do Paraná na Assembleia Legislativa, em que será votado em definitivo o mais recente pacote de medidas do Executivo, o tema ficou em segundo plano. O principal assunto da segunda-feira (4) foram as acusações feitas pelo dono da construção Eduardo Lopes de Souza, de que os recursos desviados de obras de escolas estaduais teriam sido usados para abastecer campanhas do governador Beto Richa (PSDB) e de aliados dele.

Líder da reduzida bancada de oposição na Casa, o deputado Tadeu Veneri (PT) cobrou dos colegas que assinem o pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as irregularidades envolvidas na Operação Quadro Negro. Iniciada há mais de um ano, a tentativa de conseguir as 18 assinaturas necessárias para a criação da comissão de investigação do papel na Casa está estacionada em 13 apo-

LEIA MAIS: Richa nega desvios e chama delator de "criminoso"

Veneri, porém, afirmou que, ao contrário do que fizeram com o dono da Valor sem que sejam apresentadas provas concretas, a relação à Operação Lava Jato, não irá julgar nem condenar o dono da Valor sem que sejam apresentadas provas concretas. Mas ele ressaltou que as denúncias são extremamente graves e que ele antecipar julgamentos, pois isso caberá ao Ministério Público (Supremo Tribunal Federal). Mas é evidente que é uma situação constrangedora, na qual vemos figuras que já apareceram

Reportagem publicada no jornal Gazeta do Povo, em 04/09/2017

Desvio de verbas da Educação

Quando o Ministério Público Estadual montou a operação Quadro Negro, que apurou denúncias de desvios de verbas de construção e reformas de escolas, Veneri foi um dos deputados que ajudou a articular a proposta de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso. A CPI foi barrada pelos aliados do governo.

Segundo o Ministério Público Federal, a Construtora Valor recebeu dinheiro para construir e reformar escolas estaduais, mas as obras não saíram do papel. O Ministério Público aponta um prejuízo estimado em R\$ 20 milhões aos cofres públicos.

Corrupção na Receita Estadual

Veneri foi um dos autores do pedido de CPI para investigar o esquema de corrupção na Receita Estadual. A chamada Operação Publicano levou o Ministério Público a investigar a ação de servidores acusados de cobrar propina de empresários em troca de benefícios fiscais. As propinas teriam como destino as campanhas eleitorais do governador e aliados segundo apontam as apurações do Ministério Público Estadual.

O legado do ex-governador

A marca do governo de Carlos Alberto (PSDB) foi a destruição do serviço público. O legado é de crise na área de segurança, o caos na saúde, o sucateamento da educação e o aumento das tarifas públicas de energia e água. A tarifa de água foi reajustada em 132,4% contra uma inflação de 57,83% desde que Beto Richa assumiu o governo.

No final do primeiro mandato do tucano, o Paraná ficou devendo mais de R\$ 1 bilhão. O ajuste fiscal do tucano consistiu em aumentar o ICMS de 95 mil itens de consumo básico, aumentar em 40% o IPVA.

O ex-governador também deixou os servidores públicos sem a reposição da inflação dos últimos três anos, quebrando acordo que fez com os deputados após o fatídico 29 de abril de 2015.

A conta de luz sobe para a maioria, enquanto a minoria lucra!

Desde 2011, ano em que o PSDB e aliados assumiram o governo do Paraná, nós estamos denunciando que o papel social da Copel estava desaparecendo para dar lugar a uma gestão voltada a dar lucros aos acionistas privados e especuladores do mercado de ações. Sucessivos aumentos nas tarifas continuam sendo aplicados. O mais recente, de 15,99%, está vigorando desde junho. Em sete anos e seis meses, a conta de luz já subiu 91,08% no Paraná contra 59,53% acu-

mulado do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

O deputado estadual Tadeu Veneri tem contestado a linha adotada pela Copel há muito tempo. Além dos reajustes anuais acima da média nacional, a Copel aumentou os dividendos sobre os ganhos da empresa, de 25% para 50%, para os detentores de ações da companhia. Enquanto os investidores faturam alto, a população vai pagando uma conta cada vez maior.

Nosso mandato agiu em vários momentos para impedir a violação do interesse público na administração da Copel

Em 2011 - o mandato de Veneri entrou com ação popular para impedir a compra de um avião luxuoso, adquirido para uso da direção e do governador do Estado por R\$ 15,9 milhões. Após a compra, autorizada pela Justiça, Veneri fez pedidos de informações sobre o uso da aeronave. A bancada governista rejeitou o requerimento.

Em 2012 - A Assembleia rejeitou pedido feito por Veneri para que a Copel fornecesse cópias dos contratos de compra e venda de energia da Copel Geradora. A suspeita era que os leilões teriam favorecido alguns clientes preferenciais da empresa.

Em 2012, Veneri denunciou a recusa pela Copel da proposta do governo federal de antecipar a renovação dos contratos de concessão de geração de energia em troca de uma tarifa mais baixa.

Em 2014 - Veneri conseguiu levar diretores da Copel ao plenário para serem questionados sobre

os sucessivos reajustes na tarifa. A pressão surtiu efeito. A Copel havia proposto um aumento médio de 35% na conta de luz, mas acabou reduzindo para 24,86%, após a reação da opinião pública e os questionamentos da bancada oposicionista na Assembleia Legislativa.

Em 2016 - Veneri votou contra lei que permitiu a venda de ações da Copel (e também da Sanepar) sem autorização prévia da Assembleia Legislativa. Veneri denunciou a lei como uma das etapas do desmonte das duas principais empresas públicas no Estado.

Em 2017 - Veneri denunciou a aprovação da proposta de aumento de 25% para 50% dos dividendos pagos aos acionistas da Copel. Os recursos destinados aos acionistas seriam originalmente usados no programa de investimento da Companhia, ou seja, para melhorar os serviços prestados à população.



Veneri apresenta projeto para dar um basta às perseguições políticas nas escolas

Quando os estudantes das escolas públicas estaduais se revoltaram em 2016, ocupando as escolas contra a aprovação da reforma do ensino médio, ao invés de dialogar, o governo do Paraná abriu uma ofensiva contra os professores e funcionários. Eles passaram a responder processos administrativos internos com base em denúncias, na maioria anônimas, de que estavam incentivando as ocupações.

O deputado estadual Tadeu Veneri apresentou um projeto de lei para acabar com as perseguições políticas na rede pública estadual. A proposta é anular e arquivar todos esses procedimentos que foram abertos como uma vingança do governo contra os profissionais da educação. A intenção é garantir o fim desse processo injusto que está prejudicando a carreira de vários servidores. Em razão destas sindicâncias, mui-

tos estão perdendo promoções e avanços e tendo suas fichas funcionais comprometidas por anotações negativas.

Atualmente, estima-se que oitocentos processos administrativos estão em curso na Secretaria Estadual de Educação. A Lei Estadual 15790 de 05 de março de 2008 proíbe a instauração de procedimento administrativo baseado em declarações, denúncias ou quaisquer outros expedientes anônimos, destaca o deputado estadual Tadeu Veneri.

Informativo do Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri

Nossa Senhora da Salete, s/nº - 8º Andar - gabinete 804
Curitiba - Paraná - CEP 80530-911 | **Telefone:** (41) 3350-4094

Página: www.tadeuveneri.com.br | **E-mail:** tadeuveneri@terra.com.br

Twitter: twitter.com/tadeuveneri | **Fanpage:** facebook.com/tadeuveneri



ASSESSORIA: Augusto, Altair, Camila, Eli, Everson, Gilnei, Jean, José Carlos, Mafalda, Nice, Paulo, Zecão, Regina
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS: Roni e Luiz
JORNALISTA RESPONSÁVEL: Elizabete Castro - (2252PR) Imp.: Luiz Young Editora.